

# Reféns da riqueza de nossa terra: os impactos da mineração sobre as comunidades

Dário Bossi, Danilo Chammas, Bruno Milanez, Marcelo Sampaio Carneiro<sup>1</sup>

O texto acena à extrema rentabilidade prevista para a mineração nos próximos anos e, portanto, aos grandes investimentos que estão sendo desenhados. Analisa os maiores impactos típicos desse empreendimento e se debruça, a partir de um exemplo contextualizado, sobre as relações da mineração com uma população e seu território. Mostra que o problema não está somente nas minas, mas em toda a infraestrutura e logística que sustenta esse sistema. Aponta ao desafio dos licenciamentos ambientais e do novo código de mineração. Conclui, enfim, com uma breve referência às resistências mais significativas e às perspectivas do enfrentamento da mineração.

Mexer com as entranhas da mãe terra, por décadas ficou atividade escondida e pouco noticiada, mas nos últimos tempos ocupa cada vez mais as manchetes da mídia nacional e internacional: a mineração é para alguns promessa e bênção, para outros ameaça silenciosa e violenta.

Recentemente, o episódio dos 33 chilenos presos no coração da mina convocou o mundo inteiro para a frente da televisão, acompanhando passo a passo o

resgate de vidas reféns de seu próprio trabalho. O jornalista Lúcio Flávio Pinto comentou, mais tarde, que existe um “nosso Chile em Carajás”, fazendo referência aos conflitos mineiros silenciados no Brasil<sup>2</sup>.

Segundo o Observatório de Conflitos Ambientais, os projetos mineiros, que afetam centenas de comunidades, já geraram 120 conflitos em 15 países só na América Latina. São as comunidades brasileiras as mais afetadas por essa atividade<sup>3</sup>.

As informações da CPT relatam que no ano de 2010 houve 27 conflitos pela terra e 19 pelo acesso à água envolvendo mineração; em 12 casos houve denúncias de trabalho escravo em atividades ligadas à mineração (5% do total)<sup>4</sup>.

Em El Salvador o presidente Mauricio Funes tomou a decisão de não receber mais projetos enquanto não fosse feita a Avaliação Ambiental Estratégica da mineração.

No mundo, cerca de 43 milhões de pessoas trabalham na mineração, que é o segmento que registra a maior taxa de mortalidade laboral, segundo

<sup>1</sup> Pe. Dário Bossi é missionário comboniano; Bruno Milanez é pesquisador e professor da UFJF, Danilo Chammas é advogado e membro da rede Justiça nos Trilhos. Todos os três são membros do Grupo de Trabalho Articulação Mineração-Siderurgia da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (GT AMS/RBJA). Marcelo Domingos Sampaio Carneiro é Doutor em Sociologia pelo PPGSA/UFRJ, professor do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Para maiores informações, visite <http://www.justicanostrilhos.org> e <http://www.justicaambiental.org.br>.

<sup>2</sup> Pinto, L.F. Nosso Chile em Carajás. Disponível em <http://colunistas.yahoo.net/posts/5847.html>. Acessado em 23 de fevereiro de 2011.

<sup>3</sup> Base de Dados de Conflitos Mineiros na América Latina. Disponível em <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=53321>. Acessado em 23 de fevereiro de 2011.

<sup>4</sup> Veja no mapa os conflitos gerados por mineração e sistematizados pela CPT: em preto os conflitos por terra, em cinza aqueles por água e em branco os conflitos envolvendo trabalho escravo em mineração. O mapa interativo é acessível aqui: [http://www.justicanostrilhos.org/Mapa\\_Minerao](http://www.justicanostrilhos.org/Mapa_Minerao)



Aparece com evidência que não se trata de uma atividade sustentável!

### Onde há lucro não há receio de atropelar

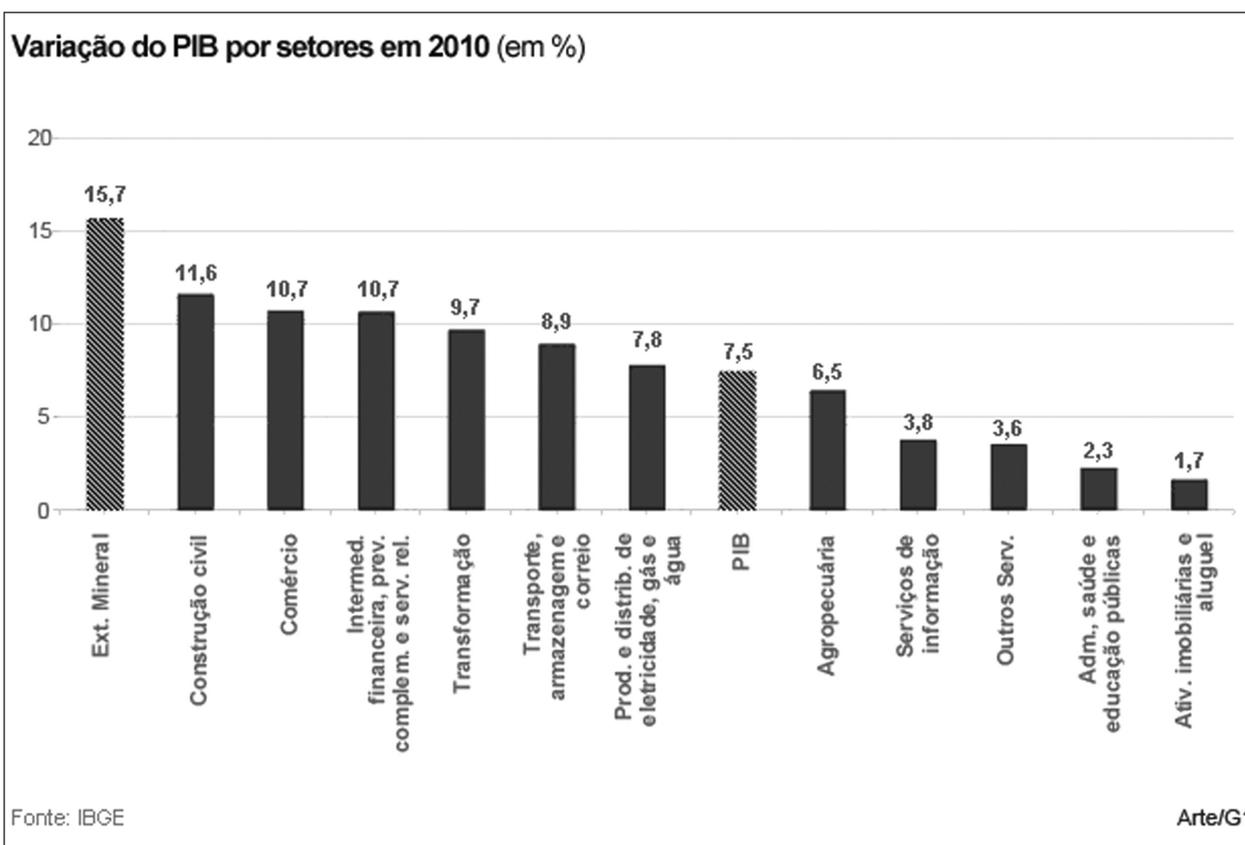
Mais de 20 bilhões de reais: é o investimento da Vale S.A., entre 2010 e 2015, para potencializar o chamado “sistema norte” de escoamento de minério de ferro.

A previsão é de que, a partir de 2014, passarão ao longo da Estrada de Ferro Carajás, anualmente, 230 milhões de toneladas de minério (mais do dobro, em relação às atuais 100 milhões de toneladas). Isto significa que as comunidades rurais atravessadas pela ferrovia verão passar a cada dia o correspondente ao valor líquido de R\$ 242 milhões<sup>8</sup>! Tamanho inves-

timento, que várias outras empresas mineradoras estão também realizando no Brasil, demonstra que hoje a mineração é um dos negócios mais rentáveis (e, por isso, muito pouco disposto a negociações que imponham limites de cunho socioambiental).

A mineração hoje representa quase 25% das exportações no Brasil e quase 5% de nosso PIB. Nos últimos 15 anos, a produção mineral brasileira quadruplicou, saindo de 10 para quase 40 bilhões de dólares por ano<sup>9</sup>. No último trimestre de 2010, a Vale S.A. conseguiu um lucro líquido recorde de R\$ 30,1 bilhões, o maior da história na indústria de mineração.

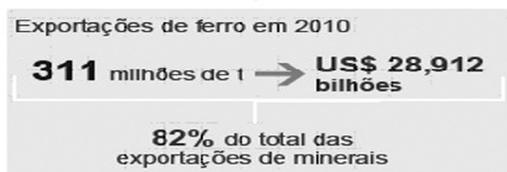
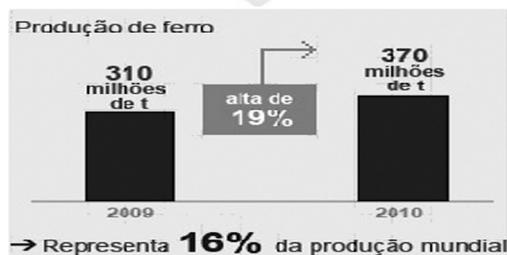
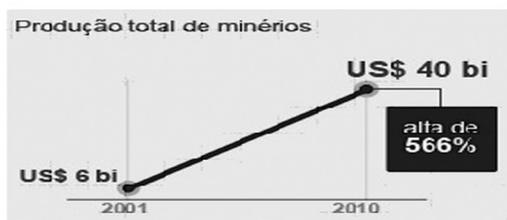
Se compararmos as taxas de crescimento de diversos setores econômicos entre 2009 e 2010, a minera-



<sup>8</sup> Considerando o preço do minério de ferro em outubro 2010 (US\$ 148/ton) e convertendo o dólar em reais à taxa de R\$ 1,60.

<sup>9</sup> Seminário Setor Mineral: Rumo a um Novo Marco Legal - Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica - Câmara dos Deputados, 02 de dezembro de 2010.

### Minério de ferro no Brasil



<b>Maiores produtores de ferro</b>	
1°	China
2°	Brasil
3°	Austrália
<b>Preço médio em 2010</b>	
	US\$ 140 por tonelada / alta de 75%

Investimentos previstos no setor até 2015 no Brasil

→ **US\$ 64,8 bilhões** na mineração

→ **US\$ 42,3 bilhões** em minério de ferro

Fonte: Instituto Brasileiro de Mineração

Arte/G1

ção cresceu 239%<sup>10</sup>, o setor bancário lucrou 49% e o setor do aço diminuiu 15%. Evidentemente, o mercado internacional está puxando de forma descontrolada a produção mineral brasileira e, devido à alta de preços das commodities, o setor siderúrgico no Brasil vai sendo colocado em risco, pois não está recebendo os mesmos estímulos para o crescimento.

Um relatório produzido em outubro do ano passado mostra que, nos próximos cinco anos, o consumo mundial de minério de ferro deve atingir 1,7 bilhão de toneladas ao ano, com um aumento de 70% em relação a 2010<sup>11</sup>.

O minério de ferro é exportado em grande maioria para a China (60%) e o Japão (20%), com total isenção de ICMS e taxas extremamente reduzidas de royalties que são repassados para municípios e estados mineradores.

A compensação financeira do setor petrolífero totalizou no ano de 2009 cerca de 16 bilhões de reais. No setor mineral, chegou apenas a 742 milhões: vinte e uma vezes menos<sup>12</sup>.

O lucro da mineração está garantido ainda para os próximos anos de forma avassaladora, mas por enquanto estará recheando somente os bolsos das empresas privadas: “E isso se dará dentro de um sistema arcaico, lesa-pátria, de concessões gratuitas, royalties miseráveis, isenção de ICMS para a exportação, sem a visão de gerar uma cadeia produtiva, uma indústria nacional”<sup>13</sup>.

### O lucro é privado e os impactos públicos

Antes de 1934, quando as bases da mineração brasileira foram lançadas, não havia distinção entre propriedade do solo e do subsolo e, portanto, era bem menor a pressão externa em vista da mineração de terras destinadas a outros usos. Isso garantia um maior controle, também no

<sup>10</sup> Sobre o crescimento da indústria extrativa, veja as imagens. Alvarenga, D. Indústria extrativa é destaque do PIB em 2010. Disponível em <http://m.g1.globo.com/economia/noticia/2011/03/industria-extrativa-e-destaque-do-pib-em-2010-com-alta-de-157.html>

<sup>11</sup> Relatório “Iron Ore – A Global Strategic Business Report”, Global Industry Analysts (GIA), Julho de 2010, referência em <http://www.vale.com/pt-br/o-que-fazemos/destaques/Paginas/vale-prepara-maior-expansao-da-historia-em-carajas.aspx> - acesso 23.02.11

<sup>12</sup> Seminário Setor Mineral: Rumo a um Novo Marco Legal.

<sup>13</sup> Deputado José Fernando Aparecido de Oliveira, Seminário Setor Mineral: Rumo a um Novo Marco Legal.

caso dos pequenos proprietários sobre o território local e sua utilização.

Hoje, pelo art. 176 da Constituição Federal, as jazidas pertencem à União, mesmo se o solo estiver em nome de particulares. As concessões estatais liberam a pesquisa e a exploração minerária. O seminário sobre o novo marco legal de mineração reconheceu que “as jazidas no Brasil, apesar dos esforços do Departamento Nacional de Produção Mineral, têm sido utilizadas mais para exploração predatória ou, muitas vezes, para especulação<sup>14</sup>.”

Atualmente já existem oito mil áreas de produção mineral no Brasil, mas o governo espera, com o novo marco legal, expandir rapidamente esse número.

Nesses últimos anos os temas da mineração, da industrialização da matéria prima, do acesso à terra e do impacto ambiental entrelaçaram-se de forma cada vez mais estreita. O período de extrema rentabilidade da extração minerária aumentou consideravelmente o lucro das empresas e seus investimentos na pesquisa.

Novos projetos estão sendo lançados, novas comunidades ameaçadas de expulsão, a própria logística em expansão ameaça violentamente propriedades rurais, aldeias e povoados, comunidades indígenas e quilombolas que eventualmente se encontrarem na linha de passagem de minerodutos e ferrovias, ou nas proximidades dos portos.

A verticalização da produção oferece novas vagas de trabalho, mas concentra investimentos de grande impacto em regiões com riqueza de recursos e mão de obra barata. Nega, assim, a diversificação econômica e a vocação produtiva local, facilitando, por exemplo, a monocultura de eucalipto para alimentar fornos siderúrgicos ou a construção de barragens e usinas hidrelétricas para fornecer energia

às indústrias eletrointensivas, como é o caso das usinas de produção de alumínio.

Se a extração mineral e respectiva logística de transporte e escoamento para o mercado externo já por si reproduziam um modelo concentrador de terras, hoje temos um cenário ainda mais complexo, com os conflitos fundiários vinculando-se cada vez mais à mineração. Um exemplo claro está no projeto da Vale S.A. em se tornar uma entre as três maiores produtoras de fertilizantes do mundo. O cerco da agressão à terra se fecha: a mineração, agora, concentra seus capitais de investimento também na extração de fosfato e potássio, fortalecendo o lobby de produtores de fertilizantes químicos. Trata-se de mais um incentivo à expansão da agroindústria, inviabilizando cada vez mais as formas tradicionais de produção familiar e desfavorecendo a democratização do acesso à terra.

#### **Do macro ao micro: tocando com a mão os impactos**

“São enormes máquinas em atividade dia e noite, com um batalhão de pessoas que, imbuídas da ideia de que estão trabalhando para o progresso do país e pela defesa de sua sobrevivência, se dedicam a estes projetos de destruição e desagregação. As matas estão sendo devoradas para construção de estradas, a passagem de linhas de transmissão, a extração mineral e implantação das usinas de transformação”<sup>15</sup>. Raimundo Gomes da Cruz, pesquisador de Marabá/PA, descreve assim a situação do projeto Salobo, localizado na região de Carajás, estado do Pará.

Apesar de ser considerada a maior jazida de cobre já descoberta no Brasil, com capacidade de produzir 255 milhões de toneladas de minério, a mina estará esgotada em apenas 29 anos, durante os quais gerará 705 milhões de toneladas de dejetos estéril. Vamos conhecer mais de perto essa mina: as noções básicas sobre o impacto de um empreendimen-

<sup>14</sup> Deputado Inocêncio Oliveira, Seminário Setor Mineral: Rumo a um Novo Marco Legal.

<sup>15</sup> Brito, G. e Nader, V. Com a cumplicidade do governo e da mídia, ‘Vale é uma máquina de destruição’. Disponível em [http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=3413&Itemid=9&sb\\_midx=-1](http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=3413&Itemid=9&sb_midx=-1)

to específico podem ajudar a ter uma ideia sobre a agressão violenta e intensiva em todos os outros casos de mineração.

A mina de Salobo terá uma dimensão de 2.300 x 800 m, com uma profundidade de 525m. Para cavar esse buraco serão consumidos por ano 9.345 t de explosivos, 13.440.000 litros de óleo diesel, 2.680.000 litros de lubrificantes, milhares de toneladas de reagentes. Será construído um mineroduto de 74 km. No processo de flotação serão adicionados outros produtos químicos.

### **Uma vez exaurida a fonte, o que será dessa região toda?**

A Vale S.A. não divulga o plano de fechamento da mina, portanto as comunidades se perguntam se as terras serão recuperadas e replantadas ou se a empresa abandonará as áreas desmatadas, com depósitos de material estéril, reservatórios e bacias poluídas de rejeitos, rios e igarapés contaminados pelo processo de exploração.

Mesmo sem ter ainda começado, a mina de Salobo já traz seus impactos: a mineradora construiu uma nova estrada de acesso às obras, atravessando áreas de castanhais onde os índios fazem coletas. “Já derubaram em torno de 300 castanheiras. Nada nada, são uns 500 hectolitros de castanha que os índios deixam de coletar por conta de tal processo” – comenta Raimundo Gomes<sup>16</sup>.

Investimentos maciços e repentinos de dinheiro e obras, numa região até então equilibrada na base da economia local, alteram as relações sociais do território.

De um lado, há expulsão de vários pequenos produtores rurais, cujas terras vêm sendo subtraídas pela mineração. Essas pessoas são transformadas de repente em mão de obra urbana desqualificada e acabam empregando-se na própria indústria do minério (ironia do impacto dos grandes projetos), ou (ainda pior) em carvoarias, com algumas das quais impondo-lhes condições análogas à de trabalho escravo.

Do outro lado, a oferta de emprego atrai para a região muitos novos moradores de outras cidades, em busca de trabalho. No caso de Salobo, por exemplo, já existem cerca de cinco mil trabalhadores homens nos alojamentos instalados nas proximidades da Vila Sansão, pequeno povoado rural da região<sup>17</sup>. A população entre 2000 e 2007 passou de 10 mil a 23 mil pessoas. Essa concentração de muitos homens num espaço restrito gera desequilíbrios e violência, aumenta o nível da prostituição infantil, as doenças sexualmente transmissíveis e tropicais, o acúmulo de lixo, mosquitos e animais roedores, além da especulação imobiliária e do custo de vida.

Em geral, as cidades para onde muitas das populações rurais se deslocam não dispõem de infraestrutura de saneamento e outros serviços públicos para atender as necessidades básicas dos novos moradores. Um rápido e não planejado crescimento urbano concorre para a baixa qualidade de vida da maioria da população, e para os elevados índices de violência de médias e grandes cidades localizadas na área da exploração mineral de Carajás ou em seu entorno, as quais se situam entre as mais violentas do Brasil<sup>18</sup>.

Conflitos desse tipo repetem-se anualmente em muitas regiões de nosso País, quase sempre silenciados pela mídia cúmplice de um modelo de de-

<sup>16</sup> Com a cumplicidade do governo e da mídia, ‘Vale é uma máquina de destruição’ (depoimento de Raimundo Gomes)

<sup>17</sup> Gomes da Cruz, R., Martins da Cruz, T. et al., Vila Sansão no eixo da destruição, Estudo do curso de Ciências Sociais da UFPA de Marabá, setembro de 2010.

<sup>18</sup> Itupiranga, Marabá e Goianésia do Pará ocupam, respectivamente, o primeiro, o quarto e o sexto lugar no ranking dos municípios mais violentos do Brasil, segundo informação do Ministério da Saúde para o ano de 2008. Do ponto de vista das unidades da federação, o Pará ocupa a quarta posição como estado com maior número de homicídios e o Maranhão o que teve a maior variação entre 1998 e 2008. (Cf. matéria O perigo mora ao lado, Jornal Valor Econômico, 11 a 13/03/2011, p.16-20).

envolvimento de mão única, que gera avanços para os empreendedores e precariedade para as comunidades atingidas.

### **A infraestrutura a serviço da mineração**

Quando se pensa no impacto socioambiental da mineração, imaginam-se principalmente buracos, disputa pela terra e contaminação das águas. Precisa-se, porém, levar em consideração toda a infraestrutura necessária para garantir o escoamento da produção. Mais uma vez, um exemplo do norte do Brasil pode nos ajudar a compreender: já comentamos quanto dinheiro vai ser utilizado nos próximos cinco anos para a duplicação da Estrada de Ferro Carajás (EFC).

A segunda fonte de renda da Vale S.A. é obtida exatamente com a logística (transporte ferroviário e marítimo) que foi construída para viabilizar a exploração mineral. A receita auferida pela Vale com prestação de serviços ferroviários e portuários a terceiros, amortiza parcela expressiva dos custos de transporte do minério de ferro das minas até os portos de embarque da empresa, o que em termos econômicos constitui uma vantagem significativa da Vale em relação a suas concorrentes.

Agora tudo está sendo duplicado: novas minas na região de Carajás, duas linhas de ferro uma ao lado da outra e ampliação significativa do porto de Ponta da Madeira, na capital maranhense.

A nova mina S11D, no município de Parauapebas, faz parte de uma cadeia de montanhas com 120 km de extensão e 47 jazidas a serem ainda exploradas. É o maior projeto da Vale S.A. no mundo, previsto para ter início em 2014 com capacidade de 90 milhões de toneladas/ano, quase o dobro do que Carajás já produz. Na mesma região, além de S11D, a Vale S.A. abrirá nos próximos anos as minas de Salobo, Sossego, 118, Cristalino e Vermelho.

Para transportar tudo isso será necessário duplicar a EFC com cerca de 500 quilômetros de linha férrea,

a construção de dezenas de obras de engenharia, com a movimentação de milhões de metros cúbicos de rochas, terra, aterros, brita, e a consequente supressão de vegetação, além de um expressivo volume de dormentes, grampos, trilhos, máquinas de via e todos os equipamentos ferroviários necessários para essa construção.

Esse trabalho todo prevê a remoção de centenas de famílias, a intervenção em áreas de preservação permanente e unidades de conservação, obras em territórios indígenas e quilombolas (para os quais a Convenção 169 da OIT – assinada e ratificada pelo Brasil – impõe a necessidade de consentimento prévio, livre e informado da população, por meio de um processo de consulta pública).

As licenças ambientais para essa obra estão sendo concedidas pelo Ibama de forma fragmentada, como um artifício para enquadrar a obra na Resolução Conama 349/2004 e livrar a companhia Vale S.A. da obrigação de obter licenças prévias, elaborar EIA/RIMA e participar de audiências públicas. As ilegalidades que norteiam a concessão dessas licenças estão detalhadamente demonstradas na representação apresentada pela rede Justiça nos Trilhos e pela organização Justiça Global à Procuradoria Geral da República, em 18 de novembro de 2010.

A duplicação do porto de Ponta da Madeira, em São Luís, com a construção do Pier IV, tem trazido graves impactos sobre as comunidades de pescadores mais próximas, como a comunidade do Boqueirão, que ficaram sem acesso à pesca.

Em síntese, também a logística para escoamento e exportação da mineração traz graves impactos sobre as terras e o equilíbrio das comunidades.

Caberia uma reflexão a respeito da agregação de valor ao minério bruto e dos impactos da produção siderúrgica, ligados também à concentração de terras para a monocultura de eucalipto, mas o espaço à disposição não oferece condições para mais esse aprofundamento.

### O gargalo das licenças ambientais

Belo Monte tornou-se, no Brasil e no mundo, símbolo de uma disputa bem mais ampla entre modelos de desenvolvimento e de defesa da vida das comunidades locais. O conflito nesse caso evidencia a linha do governo brasileiro a respeito do progresso sem freios nem limites, fortemente pautado pela exploração dos recursos naturais. A postura institucional é ainda mais firme e determinada no caso dos recursos não renováveis, cujo valor comercial fomenta a competição entre os países produtores.

As propostas contemporâneas de reformas do código florestal e do código de mineração devem ser lidas sob essa luz: ambas tendem a fomentar setores estratégicos na economia brasileira; o tema do impacto ambiental e da chamada “sustentabilidade” parece ser um “agregado simbólico”, em conclusão dos discursos de cada expert que apresenta os principais pontos da reforma da mineração.

Primeiro objetivo da reforma é uma melhor distribuição dos lucros derivados das atividades de mineração; essa distribuição, porém, seguiria sendo uma mera transferência de recursos para os estados e municípios, sem garantir uma gestão transparente e participada deles, que venha a incorporar as reais necessidades das comunidades<sup>19</sup>.

Quanto à preservação ambiental, ela estaria cada vez mais vinculada à dimensão econômica (quem poluir menos, menos paga; quem impactar mais, paga mais). Nesse caso, vem a faltar a noção de limite e enfraquece-se a defesa de territórios que estejam totalmente protegidos da mineração: corremos o risco

de que a gestão dos territórios se torne exclusivamente uma questão de conveniências econômicas. Isso é confirmado pelo projeto do governo denominado ‘choque de gestão ambiental’, pacote de decretos lançados depois do carnaval de 2011 para flexibilizar a concessão de licenças ambientais.

“Se existe gargalo hoje são as licenças ambientais, que acabam levando o processo a ser extremamente moroso. Há problemas como topo e encosta de morro, cavernas. O nível de restrição ambiental é grande. Mas é preciso perceber que, no passado, toda a atividade degradava, não só mineração. Hoje tem tecnologia, é diferente. Tem coisas que são ridículas. O tema é palpitante”<sup>20</sup>.

### Uma pincelada a respeito de resistências e perspectivas

As críticas ao atual modelo de mineração e seus impactos são muitas; as reações e propostas têm sido também diversas.

No final de fevereiro de 2011, por exemplo, a União manifestou-se inconformada com a insistência da companhia Vale S.A. em não recolher os royalties no valor e no prazo devidos, ao mesmo tempo em que ela goza de enormes lucros derivados das atividades de extração de ferro na mina de Carajás.<sup>21</sup> Após uma história de 9 anos de batalhas inclusive judiciais, foi requerida a retomada pelo Estado da concessão de lavra da maior mina de ferro do mundo.

Apesar de ter sido imediatamente anulado pelo próprio diretor geral do Departamento Nacional de

<sup>19</sup> Veja-se, por exemplo, o artigo da BBC Brasil: Royalties não melhoraram vida em municípios produtores, diz estudo. Disponível em [http://gazetaonline.globo.com/\\_conteudo/2010/03/614576-royalties+nao+melhoraram+vida+em+municipios+produtores+diz+estudo.html](http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2010/03/614576-royalties+nao+melhoraram+vida+em+municipios+produtores+diz+estudo.html). Acessado em 05 de março de 2011.

<sup>20</sup> Entrevista a Miguel Antonio Cedraz Nery, diretor-geral do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) - Por Agência Estado, 23 de abril de 2010. Disponível em <http://noticiasmineracao.mining.com/2010/04/23/entrevista-novo-codigo-mineral-so-sai-em-2011-diz-diretor-do-dnpm/>. Acessado em 05 de março de 2011.

<sup>21</sup> Cf. Despacho n. 015/2011 do DNPM em data 22 de fevereiro 2011, referente ao processo administrativo 950.029/2011. Sobre o mesmo assunto, ver matéria do jornal Folha de São Paulo, disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/886197-divida-gera-novo-atrito-entre-uniao-e-vale.shtml> (acessado em 09 de março de 2011).

Produção Mineral em Brasília, esse ato do DNPM do Pará evidencia a crítica à mineração descontrolada, cada vez mais forte em setores do Estado e da sociedade civil.

A luta pela reestatização da Vale S.A. é outro exemplo que aponta para a necessidade de um maior controle estatal das atividades de mineração e logística (e seus respectivos impactos sobre o patrimônio público, o meio ambiente e comunidades). No entanto, a reestatização da Vale S.A. não pode ser vista como um fim em si mesmo. A Petrobrás e os numerosos conflitos por ela gerados são exemplo de que somente o fato de ser uma empresa estatal, não garante maior distribuição dos lucros e melhores condições de vida.

Outra vertente de resistência é o enfrentamento direto à mineração, negando a possibilidade de novas pesquisas ou atividades em territórios que devem ser preservados.

Um dos melhores exemplos disso atualmente no Brasil tem sido o “Movimento em prol da criação do Parque Nacional das Águas do Gandarela”, em Minas Gerais, que está mobilizando o Instituto Chico Mendes pela Biodiversidade, o Ministério Público Estadual e a Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. As ações do movimento têm conseguido barrar até agora um projeto grande da Vale S.A. (Mina Apolo), para o qual a empresa já investiu 128 milhões de dólares para a produção de 24 milhões de toneladas de ferro por ano, numa região da “alta relevância biológica, cultural e ambiental (...) com a maior diversidade florística da América do Sul”<sup>22</sup> e com mais de 300 nascentes de rios.

Outro exemplo de resistência significativa é o das populações quilombolas de Santa Rosa dos Pretos e de Monge Belo, no município de Itapecuru-Mirim/MA. A ferrovia de Carajás atravessa seus territórios e a Vale S.A., que possui a concessão da estrada de ferro, está querendo duplicá-la tentando conseguir do Ibama licenças ambientais com rapidez e sem o devido respeito às normas legais<sup>23</sup>, ao mesmo tempo em que está obstaculizando por meio de recursos apresentados ao Incra o processo de titulação de seus territórios, bloqueando-lhes um direito que lhes é constitucionalmente garantido<sup>24</sup>.

Tais comunidades quilombolas têm mostrado um nível de organização e de esclarecimento que tem se sobreposto às tentativas da empresa de “seduzi-las” ou fragmentar as negociações<sup>25</sup>: “Tirem as mãos de nossa terra!” É o lema dessas populações.

Nos locais onde a resistência não conseguiu impedir a realização do empreendimento, há ainda a possibilidade de negociações com a empresa por parte de comunidades e movimentos organizados. É o caso de 107 famílias em Ourilândia/PA, expulsas pela expansão da mina de níquel da Vale S.A.

A negociação firme e esclarecida conseguiu garantir para todos, suficientes medidas compensatórias: uma nova área, à mesma distância da cidade, escolhida pela população, com boas condições de produção e toda a infraestrutura pré-existente; a indenização de todas as benfeitorias presentes nos lotes e outra pela casa perdida; a indenização pelo “lucro cessante”; uma compensação individual pela his-

<sup>22</sup> Recomendação n. 06/2010 da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Belo Horizonte – MG.

<sup>23</sup> Entre várias contradições e violações de direito, a mais evidente é o fato de não estar sendo levada em conta a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, que foi devidamente assinada e ratificada pelo Estado brasileiro, e que impõe a imprescindibilidade do consentimento prévio, livre e informado obtido por meio de consultas públicas às comunidades indígenas e tribais (dentre os quais as quilombolas) para todo tipo de obra que as impactarem. Mais detalhes aqui: <http://www.justicanostrilhos.org/nota/648> (acessado em 02 de março 2011).

<sup>24</sup> Constituição Federal, artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, Decreto 4887/2003 e demais normas afins.

<sup>25</sup> Em vários territórios a empresa está tentando negociar individualmente, assinando acordos extrajudiciais com famílias que mal sabem ler e não têm a quem pedir orientação, obrigando quem assina esses acordos a manter a confidencialidade sobre o que está acordando.

tória interrompida da família expulsa da terra; um fundo social para o acompanhamento das famílias e para começar atividades alternativas na nova comunidade.

Outras resistências à mineração descontrolada fazem referência a redes de pesquisa e articulação entre movimentos de base e academia; o grupo de trabalho “Articulação Mineração e Siderurgia” da Rede Brasileira de Justiça Ambiental é um ótimo exemplo disso.

O trabalho de pesquisa está progressivamente levando a reflexão no plano internacional, aprofundando a ligação entre extração mineral, produção industrial e comércio. Objetivo dos estudos, que serão realizados principalmente por Amigos da Terra e Misereor, é definir um “preço social” do minério, que carregue em si não somente o valor comercial, mas também o custo humano e ambiental dos impactos provocados por sua extração e transporte.

A articulação entre organizações e movimentos sociais, inclusive do setor sindical, está sendo particularmente significativa no enfrentamento

da Vale S.A. através do “Movimento Internacional dos Atingidos pela Vale”, reunido pela primeira vez em 2010 e convocado novamente para abril de 2011.

O movimento já produziu um “Dossiê dos impactos e violações da Vale no mundo”<sup>26</sup> e participou da Assembleia Geral anual dos acionistas da Vale, colocando com lucidez, frente aos maiores investidores, os danos provocados pela empresa e o perigo de que esses interfiram negativamente no valor das ações, na imagem e nas expectativas de lucro da mineradora, que gasta 180 milhões de reais por ano em publicidade para ter a imagem de empresa sustentável.

A resistência está posta, às vezes de forma mais organizada, às vezes ainda se estruturando; o desafio é - além da tradicional defesa intransigente dos locais que devem estar livres da mineração - a construção de propostas de desenvolvimento real nos locais onde a mineração já existe ou será inevitável. Trata-se de uma tarefa criativa e urgente, à qual todos/as somos chamados a dar nossa contribuição!

---

<sup>26</sup> A íntegra do dossiê está disponível para download no seguinte endereço (acesso em 12 de março de 2011): <http://atingidospelavale.wordpress.com/2010/04/27/dossie-dos-impactos-e-violacoes-da-vale-no-mundo/>